INFÂNCIAS E EDUCAÇÃO SEXUAL: NECESSIDADE ÉTICA E SOCIAL DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA

CHILDHOOD AND SEXUAL EDUCATION: ETHICAL AND SOCIAL NEED FOR VIOLENCE PREVENTION

INFANCIAS Y EDUCACIÓN SEXUAL: NECESIDAD ÉTICA Y SOCIAL DE PREVENCIÓN DE LA VIOLENCIA

Hanna Tamires Gomes Corrêa Leão Teixeira[1]
Ivanilde Apoluceno de Oliveira[2]

RESUMO
A infância e os profissionais da infância representam um campo do conhecimento que é atravessado por inúmeras outras áreas, inclusive a sexualidade. Este artigo reflete sobre a importância de uma educação sexual desde tenra idade a fim de realizar uma prevenção à violência sexual, para isso, é traçado o objetivo de analisar a relação entre infância, violência e educação sexual na perspectiva de profissionais da educação infantil da rede municipal de educação de Belém-Pa. A partir da questão problema: como educadoras e educadores da educação infantil entendem a infância, violência e a educação sexual? Foi realizada uma pesquisa colaborativa (Ibiapina, 2008), de abordagem qualitativa que convidou todas as escolas da educação infantil da cidade à partilhar seus saberes e angustias sobre a temática, os procedimentos de coleta de dados perpassam por círculos dialógicos culturais formativos. Os resultados apontam compreensões tecidas pelos participantes da pesquisa em diálogo com intelectuais da área que situam as infâncias na história (Ramos, 2000), na sociologia (Sarmento, 2009), na educação sexual (Figueiró, 2018) e no desenvolvimento infantil (Sanderson, 2005). Em suma, uma pedagogia de prevenção à violência sexual contra crianças pode e deve ser construída na educação infantil de cada cidade, tal qual vem se desenhando na cidade de Belém.
PALAVRAS-CHAVE: criança; violência sexual; educação infantil; desenvolvimento infantil.

ABSTRACT
Childhood and the professionals who work with it constitute a field of knowledge deeply interwoven with various other disciplines, including sexuality. This article reflects on the importance of implementing sexual education from an early age as a means of preventing sexual violence. Accordingly, the study aims to analyze the relationship between childhood, violence, and sexual education from the perspective of early childhood education professionals in the municipal education system of Belém, Pará, Brazil. Guided by the central research question—how do early childhood educators understand childhood, violence, and sexual education?—the study employed a collaborative research methodology (Ibiapina, 2008) with a qualitative approach. All early childhood education schools in the municipality were invited to participate, sharing their knowledge and concerns on the topic. Data collection was carried out through formative cultural dialogical circles, enabling in-depth reflection and collective construction of meaning. The findings reveal a set of understandings developed by the participants in dialogue with key scholars in the field, who situate childhood within historical (Ramos, 2000), sociological (Sarmento, 2009), sexual education (Figueiró, 2018), and developmental (Sanderson, 2005) frameworks. In conclusion, a pedagogy aimed at the prevention of sexual violence against children can—and must—be developed within early childhood education settings in every municipality. The city of Belém provides an emerging example of how such an approach can take shape in practice.
KEYWORDS: child; sexual violence; early childhood education; child development.

RESUMEN
La infancia y los profesionales que trabajan con ella constituyen un campo del conocimiento profundamente entrelazado con diversas disciplinas, incluida la sexualidad. Este artículo reflexiona sobre la importancia de implementar la educación sexual desde una edad temprana como medio para prevenir la violencia sexual. En este sentido, el estudio tiene como objetivo analizar la relación entre infancia, violencia y educación sexual desde la perspectiva de los profesionales de la educación infantil del sistema municipal de enseñanza de Belém, Pará, Brasil. Guiado por la pregunta central de investigación —¿cómo comprenden los/las educadores/as de la educación

[1] Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Brasil. https://orcid.org/0000-0002-2930-9963.
[2] Universidade do Estado do Pará (UEPA), Brasil. https://orcid.org/0000-0002-3458-584X

infantil la infancia, la violencia y la educación sexual?— el estudio empleó una metodología de investigación colaborativa (Ibiapina, 2008), con un enfoque cualitativo. Se invitó a todas las escuelas de educación infantil del municipio a participar, compartiendo sus conocimientos e inquietudes sobre el tema. La recolección de datos se llevó a cabo mediante círculos dialógicos culturales formativos, lo que permitió una reflexión profunda y una construcción colectiva de significados. Los resultados revelan un conjunto de comprensiones desarrolladas por los/las participantes en diálogo con autores clave del área, quienes sitúan la infancia dentro de marcos históricos (Ramos, 2000), sociológicos (Sarmento, 2009), de educación sexual (Figueiró, 2018) y del desarrollo infantil (Sanderson, 2005). En conclusión, una pedagogía orientada a la prevención de la violencia sexual contra niños y niñas puede —y debe— ser desarrollada dentro del ámbito de la educación infantil en cada municipio. La ciudad de Belém representa un ejemplo emergente de cómo dicho enfoque puede concretarse en la práctica.
PALABRAS CLAVE: niñez; violencia sexual; educación infantil; desarrollo infantil.

INTRODUÇÃO

Essa pesquisa é um recorte da Tese de doutorado de financiamento próprio intitulada "Criança com autonomia é mais protegida: práxis freireana a partir da educação infantil para prevenção à violência sexual", defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Pará. Objetiva analisar a relação entre infância, violência e educação sexual na perspectiva de profissionais da educação infantil da rede municipal de educação de Belém-Pa. Parte da problemática de como educadoras e educadores da educação infantil entendem a infância, violência e a educação sexual.

Como uma espécie de convite a pensar uma educação sexual outra, uma educação protetora que parta das características dos sujeitos da educação infantil, a presente pesquisa traz a necessidade de partir da noção de infâncias. Para isso, utilizamos uma compreensão não cronológica da infância, mas compreendemos, assim como Freire (2003) a infância como uma qualidade de vida.

Abordamos o ser criança em sua inteireza, como sujeito de direitos, a evidenciar como a história da infância no Brasil tem sido de negação; abordamos também o que é infância e educação infantil a partir de um viés que valoriza as infâncias como educadoras da sociedade.

Além disso, discorremos detalhadamente sobre educação sexual, para fugir do esvaziamento ideológico ultraconservador de que a educação sexual erotiza as crianças e as ensina a praticar ato sexual. Logo, apresentamos a educação sexual como uma necessidade ética, que faz parte do desenvolvimento infantil, atrelada à boniteza do ser criança, ser cheio de curiosidade e potencialidade para aprender.

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento dessa pesquisa a metodologia foi de abordagem qualitativa. Essa abordagem não busca comprovar hipóteses definidas, as compreensões se consolidam a

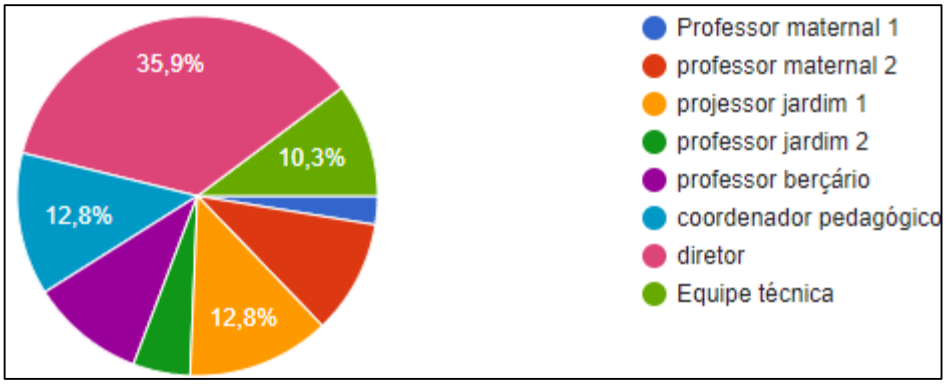
partir das interrelações entre os dados. Além disso, a pesquisa qualitativa considera relevante a escolha de métodos e teóricos e prioriza a perspectiva dos participantes: como eles encaram a temática e qual o dinamismo interno (Ludke; André, 1986), aspectos que são caros à pesquisa colaborativa.

A pesquisa colaborativa (Ibiapina, 2008) busca ser transformadora da realidade, transformações as quais não podem ser realizadas em isolamento, somente a participação de diversos atores é capaz de gerar uma mobilização a respeito da prevenção à violência sexual contra crianças.

A pesquisa de campo se deu por meio de círculos dialógicos culturais de formação, nos quais todas as falas foram gravas e transcritas. Os cuidados éticos se deram pela submissão e aprovação no Comitê de ética em Pesquisa, com parecer número: 6.943.053.

Foram convidadas todas as 150 escolas da educação infantil da cidade de Belém a participarem da formação, a partir desse convite 27 Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI), Unidades de Educação Infantil (UEI) e Unidades Pedagógicas (UP) participaram com um ou dois representantes. No total participaram trinta e oito mulheres e um homem, a maioria diretoras, com faixa etária de quarenta anos e entre onze a quinze anos de atuação na educação. As professoras e o professor são da educação infantil, desde o berçário ao Jardim II. Assim, 4 docentes são do berçário, que atuam com bebês com idade de seis meses a 2 anos incompletos; 1 docente do maternal I, com crianças pequenas de 2 anos; 4 docentes do maternal II, com crianças pequenas de 3 anos; 5 docentes do jardim I, com crianças pequenas de 4 anos e 2 docentes do jardim II, que atendem crianças de 5 anos.

Gráfico 1: área de atuação dos participantes da pesquisa



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa, 2024

Desta forma, houve uma participação significativa de professores da educação infantil, além de coordenadores pedagógicos, diretores e equipe técnica das escolas da rede municipal de Belém.

SER CRIANÇA: UM SUJEITO QUE TEM DIREITO À PROTEÇÃO INTEGRAL

A infância no Brasil não teve e nem tem uma perspectiva única, mas sim diversas infâncias. O problema está no fato de que, em vários momentos da história, a criança e o adolescente foram vistos não como sujeitos e sim como objetos.

Ramos (2000) afirma que desde a origem do Brasil havia desprezo e desvalorização pelas crianças. Durante as grandes navegações para o Brasil não vinham crianças abastadas, pelo contrário, vinham inúmeros homens, pouquíssimas mulheres e crianças pobres ou órfãs. Os meninos, durante essas viagens, faziam trabalho pesado e padeciam de diversos abusos sexuais cometidos pelos marujos. Já os meninos pajens realizavam tarefas mais leves de conforto aos oficiais, porém, também eram submetidos aos mesmos abusos sexuais. As meninas que também eram pobres vinham com o objetivo de serem esposas dos homens solteiros que começavam a se instalar nessas terras, todavia, durante as viagens, também passavam por violência sexual e sem poder denunciar para não prejudicar seus futuros casamentos em solo.

Assim, a violência não se limitava às crianças e adolescentes pobres portuguesas, ela se alastrava às crianças negras que desempenhavam todas as funções e humilhações de serem escravizadas, tornando-se adultas por meio das suas atividades. As crianças indígenas também eram submetidas a adestramento físico e mental.

No Brasil do século XIX, a infância seguia objetificada e sem valor, as instituições de ensino não tinham como principal preocupação a formação desses seres, mas sim a assistência a essas crianças para que as mães pudessem estabelecer atividades econômicas. A partir do século XX, ainda conforme Ramos (2000), a criança passa a ser vista por diversos campos da ciência, como a psicologia, a medicina e a pedagogia, além de ocorrerem convenções e declarações internacionais sobre a infância. Porém, no privado, a cultura da violência seguia orientando os pais, que entendiam os filhos como propriedades que poderiam ser tratadas da maneira que entendessem como melhor.

Já no século XXI é proposta a indissociabilidade entre educar e cuidar, quando as crianças e adolescentes passam a ser vistos como ativos e criativos. Na passagem do século XX, para o XXI passam a vigorar leis que pensam na proteção integral e na prioridade absoluta da

infância, a considerar também a temática da violência sexual contra crianças, como a Constituição Federal (1988) e ECA (1990):

> Art. 227. "É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão". Parágrafo 4o. – "A lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente". (Constituição Federal).
> Art. 13 – "Os casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos contra crianças ou adolescentes serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais". (ECA)
> Art. 245 – "Deixar o médico, professor ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche, de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança e adolescente". Pena: multa de 3 a 20 salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência. (ECA).

Mesmo com esse caminhar legal, a infância não pode ser vista como homogênea e nem em uma história linear ou periódica. Para Oliveira e Santos (2011, p. 33) "educar a criança significa ter clareza do contexto cultural e social em que ela está inserida, respeitando as suas características peculiares, suas experiências de vida e, sobretudo, compreendendo quem é essa criança".

Sarmento (2004) aponta crianças como atores sociais marcados por condições estruturais, assim, a individualidade desses sujeitos também perpassa por diversos outros fatores. As crianças, como atores sociais, têm sido ativas em elaborar a infância enquanto fenômeno social. Ainda que a importância das infâncias para a humanidade e para as ciências seja inegável, é um campo que ainda se encontra subalternizado e invisibilizado no meio científico (Sarmento, 2009). Todavia, a sociologia das infâncias traça o paralelo entre as infâncias e diferentes temáticas, tendo isso em vista, optamos por relacioná-las com uma pedagogia de prevenção à violência sexual contra crianças.

Nesse sentido, elaborar uma pedagogia de proteção das crianças não pode ocorrer somente com uma abordagem biológica, pois a infância enquanto construção social é marcada por aspectos estruturais, culturais e afetivos. Não há uma essência única do ser criança, a infância é traçada na história e na cultura, as quais têm tido registros de violência contra crianças. Na história, como já mencionado: desde a colonização do Brasil, corpos infantis têm sido utilizados como objetos para os adultos. Na cultura, como já destacado também, temos forte naturalização da erotização da criança.

Desta forma, elaborar, em conformidade com a sociologia da infância, uma pedagogia de prevenção à violência sexual contra crianças perpassa pela superação do adultocentrismo,

ou seja, não analisar a infância a partir da experiência ou expectativa do adulto sobre a criança, mas utilizar estratégias, como a etnografia, para compreender e aprender com crianças. O que muito se aproxima de uma pedagogia freireana, pois necessita partir do sujeito, não do que eu espero dele. Exige também compreender a importância da criança como sujeito que carece de proteção, proteção essa responsabilidade de todos. O adulto não é o mais importante na educação sexual de prevenção a violências, conforme afirma a pedagoga Taís, colaboradora da pesquisa:

> *Uma mãe me perguntou "como é que eu vou falar pro meu irmão que não gosto e não é para ele ficar embalando na rede com a minha filha?" eu acho incrível que a preocupação sempre é com o adulto, "quem tem que ser protegido não é o teu irmão, ele já é adulto, quem carece da tua proteção é a criança, ele gostando ou não (Taís, Relatório 2, 2024, p. 3).*

Esse adultocentrismo tem sido um aliado da falta de educação em sexualidade, pois os adultos partem das suas expectativas de que as crianças não tenham acesso à sexualidade e acabam por deixá-las mais vulneráveis, ao invés de partir das suas curiosidades para uma educação segura.

Uma maneira de enfrentar essa perspectiva é contrapô-la com o convite que Freire (2003) nos faz a olhar a criança e a infância a partir de um olhar utópico e esperançoso, a partir da importância que suas vozes e existências possuem. Para Silva (2021, p. 1015):

> renunciar o adultocentrismo que ainda impera em nossas instituições implica desconstruir a cultura do silêncio que se impôs sobre as vozes infantis, legitimando seu lugar na sociedade como cidadãs, atores sociais e políticos com direito à participação.

Superar o silêncio o qual a sociedade tenta impor às crianças é uma missão da educadora e do educador freireano, tendo em vista que Freire (2015a) coloca como necessidade conhecer o seu mundo a partir do diálogo com elas, não somente para educá-las, mas para educarmos a nós mesmos. Aprender com a infância e estar conectado à nossa meninice é crucial para nos mantermos esperançosos e críticos.

Silva (2021, p. 1009) aproxima a infância do pensamento freireano ao afirmar que ambos são baseados em um esperançar e sonhar, ambos questionam a maneira rígida de ver o mundo: "Com sua potência, a infância nos desenfeitiça, dando a ver um mundo de abertura e possibilidades onde até então era apenas reprodução, padronização, homogeneidade. Questiona nossas supostas certezas". Já Kohan (2018, p. 10) faz essa aproximação observando como as características potentes e criadoras de Freire são características da infância. Além disso, discorre sobre como Freire ter recebido o título de menino permanente (pela Biblioteca

Comunale de Ponsacco, na província de Pisa, Itália) evidencia que a infância não é um atributo cronológico, mas algo potente e decisivo para o pensamento freireano. Para o autor, Freire se parece com a infância, pois:

> inventa palavras, sentidos outros para palavras já existentes ou recria palavras que caíram no abandono adulto; teima em questionar-se a si mesmo e aos outros, lançando perguntas insólitas, inesperadas, insensatas, mostrando-se curioso e inquieto com a vida individual e comum. E teima em sonhar e lutar pelos seus sonhos.

Nesse aprendizado, podemos arriscar definir a infância não como um tempo cronológico e nem como una, mas como potência vital, como qualidade, que em sua multiplicidade e alteridade nos leva a *ser mais*. Para Kohan (2018, p. 11 e 12) "a meninice ou infância não é a atribuição de um tempo quantitativo, da (pouca) quantidade de tempo vivido, mas um atributo da qualidade de uma vida" e "a meninice, está em questionar, sonhar e lutar por um mundo de alegria, beleza e justiça para todos os seres humanos".

Luta muito presente nas nossas memórias de atuação na educação infantil, conseguimos lembrar de infinitos exemplos das crianças lutando no seu cotidiano pela alegria e justiça para todos: as crianças só estavam à vontade o suficiente para viver a alegria do parquinho se todas estavam, se uma estivesse chorando, sempre havia outra para vir me avisar e pedir ajuda para que aquela criança se alegrasse; se uma estivesse sem merenda, sempre havia outra para reivindicar por ela. Daí a importância de conhecermos e dialogarmos com a infância.

Lacerda (2016), prima de Paulo Freire que recebeu cartas quando era criança partilha que Paulo Freire destaca a necessidade de valorizarmos a infância e com ela aprendermos constantemente, a fim de que a nossa infância nos acompanhe e oriente sempre:

> É uma coisa boa, Natercinha, que a gente nunca deixe de ser menino. Os homens atrapalham as coisas, complicam tudo. Não sei se você vai entender isso que vou lhe dizer. Mamãe e papai lhe explicam melhor. Cresça, mas nunca deixe morrer em você a Natercinha de hoje, que começa a descobrir o mundo, cheia de curiosidade. Se os homens não deixassem morrer dentro deles o menino que eles foram, se compreenderiam melhor (Lacerda, 2016, p. 50).

Diante desse convite de olhar para as infâncias com maior atenção, cabe refletirmos sobre as muitas infâncias. Uma infância em particular a ser olhada aqui é a de Freire (2003, p. 37-8), a qual aparece em Cartas à Cristina e revela o quanto sua infância cronológica o forjou como um adulto crítico, curioso e utópico em mudar o mundo tal qual uma criança:

> As dificuldades que enfrentei, com minha família na infância e na adolescência, forjaram em mim, ao contrário de uma postura acomodada diante do desafio, uma

> abertura curiosa e esperançosa diante do mundo. Jamais me senti inclinado, mesmo quando me era impossível compreender a origem de nossas dificuldades, a pensar que a vida era assim mesma, que o melhor a fazer diante dos obstáculos seriam simplesmente aceita-los como eram. Pelo contrário, em tenra idade, já pensava que o mundo teria de ser mudado. Que havia algo errado no mundo que não podia nem devia continuar.

Freire (2003) afirma que seu primeiro curso de realidade brasileira ocorreu ainda na infância, ao presenciar debates entre o pai Joaquim Freire e o tio João Monteiro, o que evidencia como as crianças ao nosso entorno são atentas e marcadas pelos diálogos e experiências que as cercam.

> Me lembro como o desrespeito às liberdades, o abuso do poder, a arrogância dos dominantes, o silêncio a que se submetia o povo, o desrespeito a coisa pública, a corrupção que ele [o pai] chamava de 'ladroeira desenfreada', eram referidos em suas conversas, em seus comentários. Ele nos ensinava democracia não apenas através do testemunho que ele nos dava – o do respeito a nós, a nossos direitos, o da forma como estabelecia limites necessários a nossa liberdade tanto quanto a sua autoridade – mas também pela crítica sensata e justa que fazia aos desmandos dos poderosos (Freire, 2003, p. 71-2).

Assim, além da vertente crítica, Freire rememora que desde a infância aprendeu sobre afeto, ternura, respeito e tolerância na convivência com seus pais e com a natureza.

Todavia, nem todas as infâncias são marcadas por afeto, criticidade e proteção, como foi a infância de Freire, muitas são marcadas por rupturas com a infância, o próprio Freire (2003) se apresenta como uma menino conectivo com essas diferentes infâncias, pois, após a morte do seu pai Paulo Freire passa a conviver e viver realidades distintas, passa a ter pausas no brincar para preocupar-se com o sustento e com o trabalho, dialogando com diferentes crianças, algumas filhas de operários, também envolvidas com o trabalho, outras filhas da classe média, entre outras. De acordo com Kohan (2018, p. 12):

> Paulo Freire também ajuda a pensar que a infância não é uma questão limitada à própria biografia; ao contrário, ela extrapola a particularidade de uma vida; ela diz respeito a todas as infâncias, a qualquer vida, a todas as vidas concebidas como uma com-unidade e, também, às possibilidades da infância e da vida serem de outra maneira do que elas são.

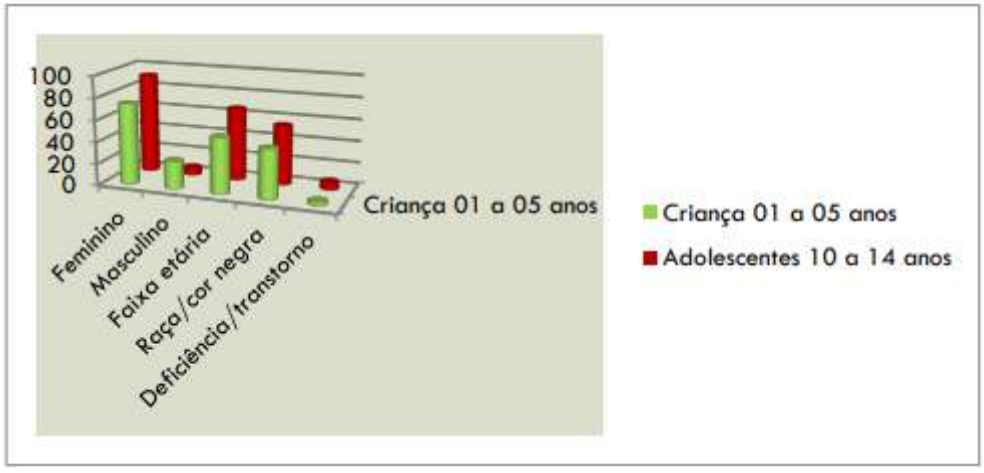
Olhar essa alteridade e multiplicidade de infância é necessário para que uma pedagogia de prevenção seja analisada, pois, apesar do senso comum afirmar que a violência sexual pode ocorrer com qualquer um, afirmamos que as crianças em maior vulnerabilidade estão mais sujeitas a sofrer essa violência. A classe social tem um impacto relevante, pois as crianças passam mais tempo sem supervisão de responsáveis, passando mais tempo nas ruas, nas casas de vizinhos e parentes enquanto seus pais trabalham por horas e turnos a fim. Além disso, a

estrutura das casas com somente um quarto ou até mesmo somente um cômodo para toda a família expõe as crianças a verem situações que podem ser consideradas como violência sexual. Sem adentrar de fato na questão da exploração sexual, na qual crianças trocam seus corpos por alimentos, roupas, brinquedos e condições básicas de existência, crianças as quais muitas vezes são negociadas por seus próprios familiares em contextos em que a comunidade normalizou esse crime.

Além da questão de classe, damos destaque à questão de gênero. Conforme a tabela 3 a seguir, a maioria exorbitante dos casos de violência sexual ocorre contra meninas, evidenciando que o corpo da mulher é objetificado, erotizado e subjugado desde a infância, demonstrando a pior vertente da violência de gênero. Essa violência "se fará presente em qualquer contexto patriarcal no qual a imagem da mulher está associada à subordinação aos homens" (Tilio, 2021, p.11). Logo, enfrentar a violência sexual perpassa por questionar a forma como a sociedade tem se organizado historicamente.

Caeran e Porto (2023) apresentam a violência contra mulher como uma construção cultural e social, resultando na naturalização e perpetuação das diversas violências contra mulher. A negação e subalternização da mulher é responsável pela instauração da cultura do estupro, a qual "é uma consequência da naturalização de atos e comportamentos machistas, sexistas e misóginos típicos de uma sociedade patriarcal" (Tilio, 2021, p. 8).

Gráfico 2: dados do boletim de análise do Ministério da Saúde baseado no Sistema Nacional de Agravos e Notificações – SINAN sobre violência sexual contra crianças e adolescentes de 2011 a 2017



Fonte: Ministério da Saúde/ SINAN, 2018

Os dados do SINAN de 2018, no que diz respeito às crianças, demonstram 74,2% das crianças vítimas de violência sexual eram do sexo feminino e 25,8% eram do sexo masculino. Além disso, afirma que 45,5%, das vítimas eram da raça/cor da pele negra e 3,3% possuíam alguma deficiência ou transtorno.

Assim, é evidente que violência sexual contra crianças é um problema marcado por interseccionalidade de gênero, raça, classe e condição social, como corrobora Silva (2021, p. 1013) e nos questiona a proteger toda a diversidade das nossas infâncias:

> [Toda criança] deve ter assegurados os seus direitos de participação, provisão e proteção. Pensando nesse contexto de barbárie em que vivemos, onde estão as crianças? Como estão vivendo suas infâncias nesse contexto pandêmico? Estão elas protegidas não apenas do vírus, mas das inúmeras violências sofridas em função de sua classe social, idade, gênero, raça, etnia, orientação sexual e outros tantos marcadores sociais?

Diante disso, para que crianças sejam protegidas, é necessário que toda a sociedade seja repensada e se posicione em defesa das crianças, como já dito anteriormente, porém, retomamos a afirmar: para que a infância seja desenvolvida em sua integralidade e protegida, precisamos que, além da família, a escola se posicione como um local de proteção, e mais do que isso, de prevenção para que casos não ocorram.

Nesse sentido, para aprendermos e protegermos a infância, é importante pensar na educação infantil, que recebe essa multiplicidade de sujeitos, independente de raça, etnia, gênero e classe social. Como esse espaço estará preparado para lidar com essa diversidade? Como esse espaço poderá ser protetor? Que educação infantil vivemos? As crianças têm tido voz nesse espaço que deveria ser protagonizado por elas?

Kohan (2018, p. 9) afirma a necessidade de "educar as infâncias ou, talvez melhor, infanciar a educação [...]uma educação infantil propriamente dita, uma infantilidade da educação que aprende com a infância e carrega a infância sempre, por toda vida", corroboramos que a única maneira de haver uma pedagogia de prevenção na educação infantil é deixando/estimulando que a infância seja prioridade nas ações pedagógicas, no ouvir as crianças, do ato de educar, sem silenciá-las ou podá-las aos padrões dos adultos.

Essa prioridade à infância deve perpassar inclusive educadoras e educadores infantis, os quais devem buscar serem infantis em sua potencialidade. Kohan (2018, p. 11) anuncia que: "Paulo Freire quer, para educar meninos e meninas de todas as idades, educadores e educadoras meninas, infantis, de vida curiosa, inquieta, com gosto de perguntar e de querer crescer, criar, transformar e sem medo de sonhar". Essa infantilidade cara aos profissionais das infâncias é a

fim de manterem-se esperançosos em compreender que toda sua cotidianidade é capaz de mudar o mundo de cada criança que os atravessa.

> Um educador ou educadora nunca pode deixar de ser menino ou menina, e uma vida educadora nunca pode deixar de ser uma vida menina ou infantil. Porque, se o deixasse, seria uma vida sem curiosidade, sem sonhos, sem luta, ou seja, uma vida não educativa. Assim, a vida de um educador ou educadora curiosa, incansável, insatisfeita, mobilizada, vivaz, esperançosa é infantil, sem importar a idade cronológica de quem a vive. Uma vida educadora infantil é uma vida que não se cansa de perguntar, sonhar e criar, que vive cada presente como se fosse a primeira vez que o vive, que está sempre começando a viver, e pensa que sempre é tempo para começar. Uma vida educadora infantil é uma vida de inquietação e mudança (Kohan, 2018, p.12).

Diante disso, esperançosos em uma educação infantil que desenvolva uma educação sexual protetora a partir das próprias características da infância, alegamos a seguir a educação sexual como uma necessidade ética e social das crianças, cara ao desenvolvimento desses seres, que enaltece a boniteza da vida e se dá por meio do diálogo.

EDUCAÇÃO SEXUAL COM CRIANÇAS: NECESSIDADE ÉTICA E SOCIAL

Esse estudo, cujo objeto de foco é a prevenção à violência sexual contra crianças, se situa no campo da educação sexual, a qual está situada no caráter ético da educação, na necessidade de olhar para a realidade e perceber a potencialidade em transformar a realidade, em não estar atônito nem inerte frente às opressões e violências. Teles (1999, p. 11) ao analisar a sociedade, questiona:

> O que assistimos na atualidade? A predominância da violência, da indiferença, da hostilidade, do desamor, do individualismo, a ausência de colaboração, de ordem, de respeito, de diálogo, de confiança, de sinceridade, de responsabilidade, de gratidão, de paz [...]. O ser humano tem desenvolvido muito a ciência e a tecnologia, mas pouco a moral, a ética e as relações humanas. Temos que buscar novas diretrizes que possam reverter esse quadro. É papel das instituições educativas, pois, e principalmente da escola, ensinar nossos educandos a pensar e a refletir.

A educação em sexualidade possui um caráter ético por buscar tornar a sociedade mais humana. Por buscar formação integral, afetiva e ética das crianças, a combater desamor, violência e silêncio.

Oliveira (2006) aponta a ética como imprescindível para a convivência humana, pois os princípios éticos não podem se limitar à teoria, eles se dão como reflexão, mas se fazem presentes na realidade práxis.

> É indispensável que se estabeleçam novos referenciais éticos, tendo como suporte a sensibilidade e a criticidade humana e como critério a vida e a pessoa humana. É preciso que se lute contra as injustiças sociais que transgridem a ética, contra o desrespeito à vida e à pessoa humana e contra qualquer tipo de violência. Luta fundada em uma ética crítica e material (Oliveira, 2006, p. 184).

Assim, a educação sexual não se encontra no campo da moralidade, em ensinar o que é certo ou errado, esperado ou inaceitável. A educação sexual é uma urgência ética de reflexão e ação de transformação da realidade contra toda forma de violência e negligência. De forma que viabilize novas possibilidades de a criança ver, compreender, amar e proteger a si e ao outro.

A ética crítica e material de Enrique Dussel se contrapõe a uma educação moralista, conforme Oliveira (2006). Tem a vida como princípio fundamental, a ser exercida com dignidade e liberdade. Diante disso, afirmamos que uma educação para a sexualidade não deveria estar focada somente em amedrontar as crianças quanto às infecções sexualmente transmissíveis, enquanto existem crianças que nem sabem o que é um abuso sexual, às vezes não sabem que estão sofrendo e sabem menos ainda a quem recorrer para obter ajuda para preservar sua vida.

Nessa pesquisa, entendemos que a **educação sexual** contribui para uma educação emocional, para compreensão do que são relacionamentos, partes íntimas do corpo, partes privadas do corpo, limite corporal, consentimento, respeito, compreensão da existência de outros sujeitos diferentes de mim, autonomia para se manifestar e expressar. Com isso, é uma educação que ajuda a prevenir abusos sexuais, além de formar a pessoa com o intuito de *ser mais.*

Figueiró (2018) discorre sobre a inevitabilidade da educação sexual, ela é tão formativa das nossas identidades que, estando no planejamento ou não dos professores, ela estará no chão da escola e de qualquer outro ambiente constituído por seres humanos. O autor define Educação sexual como:

> Toda ação ensino-aprendizagem sobre a sexualidade humana, seja ao nível de conhecimentos de informações básicas, seja ao nível de conhecimento e/ou discussões e reflexões sobre valores, normas, sentimentos, emoções e atitudes relacionados à vida sexual (Figueiró, 2018, p.3).

Logo, a educação sexual pode ser formal ou informal. O formal abarcaria situações intencionais de círculos dialógicos, oficinas, palestras, aulas sobre algum tema específico da sexualidade, já o informal se dá ao abordarem sobre as formas de ser, agir, pensar, sobre tratar o outro e/ou sobre família.

Assim, escolher não falar sobre sexualidade é tão falacioso quanto falar em uma educação neutra. Não falar sobre sexualidade já é uma forma de educação sexual, que apresenta a temática como um tabu e que os educandos devem aprender por si só. "O não falar de sexo, seja em casa ou na escola, leva o educando a considerar que este é um assunto que se deve comentar, possivelmente, por vergonha" (Figueiró, 2018, p. 37).

A esse respeito, Freire (2000) contribui para pensarmos os impactos de escolher não trabalhar uma temática necessária ao ser humano, se eximir não é uma postura ética. Optar por não opinar já é uma escolha de impacto para nossas crianças, que estão em processo de formação. É responsabilidade do educador trabalhar com a verdade.

Para Freire (2000, p. 37), "não pode existir uma prática educativa neutra, descomprometida, apolítica. A diretividade da prática educativa que a faz transbordar sempre em si mesma e a perseguir um certo fim, um sonho, uma utopia, não permite a neutralidade". Desta forma, a neutralidade é uma farsa, que também forma ou deforma os educandos. Toda prática educativa tem um fim, é movida por algo, o que não implica em impor algo aos educandos, mas sim abordar a realidade em sua totalidade e deixar transparecer a intencionalidade de toda escolha pedagógica.

A educação sexual deve ocorrer de forma intencional, não somente quando a criança perguntar especificamente a respeito, diversas outras perguntas e curiosidades podem ser basilares para a introdução de temáticas pertinentes à educação em sexualidade, pois a sexualidade faz parte da constituição do ser humano.

Michele, uma das colaboradoras da pesquisa, traz um relato que demonstra o potencial que a intencionalidade tem na educação sexual de filhos e de educandos, um potencial protetor e que dá subsídios à criança reconhecer experiências de violência, à criança saber que tem voz, à criança ter a quem recorrer:

> *Quando a gente fala de intencionalidade eu vivi uma experiência muito interessante com a minha filha, ela tem doze anos e faz parte do público da educação especial. Eu me formei muito cedo como pedagoga, na época a minha monografia foi sobre educação sexual. Quando a minha filha nasceu eu tinha uma preocupação muito grande, pelas minhas vivências de adolescência, eu sempre tive esse cuidado de prepará-la para essas temáticas. Desde pequena sempre tive uma linguagem clara com ela, que ninguém pode tocar, sempre sem apelidos das partes íntimas da nossa época. Ela me trouxe uma vivência dela na escola. Eu estava no trabalho quando ela me mandou uma mensagem que precisava falar comigo e era urgente. Ao chegar em casa ela me falou que sabia que uma colega dela estava sendo vítima de violência sexual e que eu podia socorrê-la. Eu me senti na obrigação de ir à escola, pedi uma fala com a gestão e a colega foi encaminhada e hoje está sendo atendida pelo Para Paz. A intencionalidade pode ter esses resultados (Michele, relatório 2, 2024, p. 2).*

Assim, uma educação sexual é capaz de proteger não só quem a recebe, mas também quem está ao seu redor, por isso é uma educação crucial que exige preparo. Para Figueiró (2018, p. 68): "Cabe ao educador planejar e desenvolver atividades de ensino-aprendizagem que promovam o desenvolvimento intelectual, emocional e moral do educando, em vez de aguardar passivamente um amadurecimento espontâneo". Logo, educação sexual não é especificidade da adolescência ou juventude, pelo contrário: deve ocorrer ao longo de toda a vida, a ensinar e aprender sobre afeto e respeito.

Todavia, no decorrer da pesquisa de campo, ficou evidente que sexo e sexualidade não foram uma pauta vivenciada de forma intencional, nem mesmo natural a todos os participantes da pesquisa em casa. Dos 39 colaboradores da pesquisa, somente 4 afirmaram que souberam o que era sexo a partir de conversa com a família, pois era um tema proibido. Mesmo que levassem a curiosidade, o tema não era acolhido, como observamos na fala da professora Bela (relatório 2, 2024, p. 1):

> *A questão do sexo não era permitido falar dentro de casa, porque tudo era pecado, então a gente só tinha a visão da igreja, de que o nosso corpo era um templo sagrado, que a gente não podia deixar ninguém tocar, então na adolescência, na escola foi que eu fui começar a ouvir sobre, foi onde tive os primeiro ensinamentos. Quando as minhas colegas falavam alguma coisa eu ficava admirada com o que elas já sabiam. Eu chegava em casa e até tentava conversar sobre saliência, que era essa a palavra que a gente usava, e já fiquei de castigo várias vezes por compartilhar essa curiosidade em casa. Já o meu filho, com oito anos me perguntou "como eu nasci?" e antes de eu responder ele disse que eu não precisava mais falar porque ele já viu na internet, olha a diferença não é? Hoje em dia as informações estão todas aí. Fui conversar com ele e ele disse: mamãe é tão nojento!*

É curioso observarmos nessa fala como o silêncio sobre questões da sexualidade se perpetuou de mãe para filho e provavelmente de escola para escola, pois a mãe relata que foi aprender sobre sexualidade a partir de fala de colegas na escola, não de maneira intencional pelo sistema educativo, o mesmo aconteceu com o filho, que não teve a informação em casa e nem de maneira adequada pela escola, as crianças de hoje em dia, tal qual a do relato, estão sendo educadas a partir da visão erótica e sem filtro da internet, das mídias e das redes sociais, enquanto a família e a escola não assumem seus papéis de educadoras sexuais de forma coerente com a idade e fase do desenvolvimento de cada criança. A fala da criança mencionada demonstra essa perspectiva erótica e inadequada à fase do desenvolvimento que se encontra, perdendo a possibilidade de entender desde a infância que sexualidade é algo positivo, prazeroso, que gera contentamento e que sexo deve ser praticado entre duas pessoas adultas como forma de afeto e por meio de consentimento.

Por outro lado, dentre as quatro pessoas que tiveram conversas em casa sobre sexualidade, destacamos a fala de Thays (relatório 2, 2024, p. 1), a qual teve uma informação tardia, também não fornecida pela escola, porém, quando a conversa aconteceu, a pauta sexualidade tornou-se comum em sua casa da infância e em sua casa e exercício já como adulta:

> *Eu descobri o que era sexo com oito anos, quando eu bati em um coleguinha, porque eu disse que tinha nascido na cegonha e ele ficou rindo de mim. Eu fiquei muito aborrecida e a gente acabou brigando. Quando eu cheguei em casa a mamãe foi me explicar, foi quando ela sentou para conversar. A partir daí o negócio em casa foi muito aberto em conversa diária. Isso há muito tempo atrás, quando a gente não tinha essa enxurrada de informações, hoje não dá pra gente criar nossos filhos, netos e educar nossos alunos com essa ideia de que a gente nasce da cegonha, porque a mídia tá aí, o coleguinha tá aí. Hoje, mãe de duas mulheres eu sigo muito o que a minha mãe passou, já sou avó e hoje tudo flui muito sobre o tema em casa*.

Como a sexualidade faz parte de toda a vida da humanidade, desde a concepção do ser humano, a educação sexual também deveria se fazer presente, pois cada fase do desenvolvimento da criança possui um desenvolvimento sexual e comportamentos sexuais típicos a elas, tal como as indicações de desenvolvimento humano que são disponibilizadas nas carteiras de vacinação de todos os bebês, as informações sobre sexualidade deveriam ser de acesso de toda a população para proteção de crianças. Porém, educadores, tanto mães/pais quanto professoras/professores têm fugido dessa temática, vista como tabu, enquanto é na infância que a maioria dos abusos sexuais ocorre. A respeito disso, cabe destacar que as crianças têm sido protegidas das suas próprias características:

> as crianças em diversas situações do cotidiano são protegidas de sua própria subjetividade, por serem consideradas "imaturas". Até que cheguem à fase adulta, portanto, evita-se falar sobre determinadas questões, inclusive pronunciar as palavras, mantendo-as sob a ilusão da inexistência da sexualidade na infância e, principalmente, tratando como patologias qualquer manifestação que evidencie inadequação entre as identidades de gênero e sexualidade tidas como legítimas e que as induzem a concepções equivocada, mas que podem ser problematizadas e reconstruídas por meio de práticas pedagógicas críticas. Por isso, aponta-se a importância em se tratar a educação sexual desde a infância, pois esta fase é base das relações interpessoais e interculturais, sendo assim, uma "porta" facilitadora para relações de respeito (Oliveira, et al, 2018, p. 11)

Essa proteção silenciosa é equivocada e pouco eficaz, a pedagogia do medo é facilitadora para que abusadores usem o medo ao seu favor e para que crianças tenham dificuldade em fugir e em denunciar para que a violência não ocorra ou não ocorra repetidamente, como é a realidade da maioria dos abusos sexuais no Brasil e no Pará (Pará, 2021) que não ocorrem em casos únicos, mas permanecem a acontecer enquanto a vítima tiver contato com o abusador.

Um exemplo problemático da falta de educação sexual, da tentativa de proteção silenciosa e que demonstra a importância da escola realizar essa educação está na fala da educadora Flor (relatório 2, 2024, p. 2), pois demonstra que na intenção dos pais em fazer com que a criança não tenha acesso algum a nada de educação sexual, inclusive aos nomes das partes do corpo, acabam por expô-las ao perigo.

> *Tinha uma aluna na escola que a mãe ensinou que o nome da vulva era "segredo", Mas, mesmo eles com três anos a professora falava durante o banho na creche que era para lavar o pênis, lavar a vulva e a mãe ficou horrorizada e falou para a professora não usar esse nome, que em casa o nome era "segredo" e a professora falou que negativo, que usaria o nome correto. Porque olha o perigo dela chamar de segredo, já é um chamativo para uma pessoa que tem intenção de fazer um abuso porque sabe que a criança foi educada para não falar, já que é um segredo (Maria, relatório 2, p. 3).*

A fim de que a criança seja protegida, ela precisa desenvolver compreensão, criticidade e autonomia, o silêncio não educa, pelo contrário, pode ser utilizado como estratégia de abusadores. Afirma Sanderson (2005, p. 27):

> Para que fiquem protegidos de abuso sexual eles precisam conhecer a sexualidade e entendê-la em uma linguagem adequada à idade e de acordo com o desenvolvimento deles [...]. Para permitir que a criança tenha um entendimento saudável do mundo e possa participar dele, é necessário fornecer informações adequadas. Os adultos precisam evitar projetar seus próprios medos, ansiedades e inibições em relação à sexualidade nas crianças, pois elas precisam adquirir confiança em seus corpos e em sua sexualidade para poder aceitá-los. Essa confiança é o que vai protegê-las de serem exploradas e abusadas sexualmente.

A autora afirma que o medo e silêncio que os adultos apresentam em relação à sexualidade se dá pela falta de conhecimento, logo, não são capacitados para abordar sexualidade de maneira natural ou reconhecer comportamentos típicos do desenvolvimento infantil e comportamentos que poderiam indicar abuso sexual. Além da falta de conhecimento se reveste também de um falso moralismo, sendo visto como tema de adulto e não de crianças, como se fosse estimulador da criança à prática sexual, sem levar em conta a realidade de violência que crianças sofrem em diferentes grupos sociais, entre os quais, a família.

Tendo isso em vista, destacamos a seguir como a **sexualidade se desenvolve em cada faixa etária** a partir da psicóloga de Sanderson (2005) com seus 15 anos de experiência de trabalho no campo do abuso sexual em crianças. A autora afirma que a sexualidade é construída social e biologicamente nos indivíduos, assim, a educação sexual não deveria envergonhá-las ou constrangê-las. A partir de cada idade, a criança terá características comportamentais e

biológicas que terão impacto na sexualidade. A respeito disso, a colaboradora Michele (relatório 2, 2024, p. 3) pontua:

> *Esse conhecimento é primordial nas escolas, a gente precisa reconhecer o que é normal e o que não é nos comportamentos sexuais das crianças e dos bebês, porque o bebê não vai nos falar, ele vai demonstrar, ele vai gritar pra gente das formas que ele conseguir.*

Kanner (1996) realizou pesquisas que demonstram que a excitação pode surgir na criança desde o útero, porém, não é uma excitação erótica, é uma excitação que é mais um estado emocional generalizado. Os bebês meninos possuem ereções como uma reação fisiológica desde o útero, comportamento que não deveria gerar estranheza em cuidadores, mas deveria ser uma forma de ensinar sobre o corpo da criança. Entretanto, pela falta de conhecimento, é uma temática que choca e preocupa até as recentes mães, como ocorreu com a participante Andréia (relatório 2, 2024, p. 3)

> *Eu tive dois filhos meninos e quando ele ia mamar o bebê ficava com o pênis ereto, quando eu fui com a pediatra ela explicou que era normal. Mas no início eu fiquei: "por quê? Por que isso tá acontecendo comigo?" fiquei desesperada até conseguir a consulta pelo SUS, quando a pediatra me explicou que essa era uma reação natural de sangue e de afeto.*

Considerando as características das crianças pequenas de zero a quatro anos, Sanderson (2005) discorre sobre comportamentos sexuais que podem vir a ocorrer e que geralmente não indicam abuso sexual. Nessa idade, os comportamentos sexuais assumem forma de brincadeiras até os dois anos, com brincadeiras mais solitárias, características da idade, e após isso, brincadeiras de curiosidade com o outro.

Por exemplo, a autoexploração em crianças pequenas que sempre estão de fralda e, quando despidas, tocam as genitálias. Ou a exploração mútua em crianças a partir de dois anos, que não possui intenção erótica, acontece por curiosidade natural sobre semelhanças e diferenças que as crianças observam nos corpos, interesse rápido e superficial. Não são raras brincadeiras de imitações, inclusive de carícias entre mãe e pai, porém, raramente despidas, e quando despidas, os comportamentos limitam-se à exibição. "Portanto, essa exploração sociossexual exibicionista é própria do voyeurismo. Ela é inocente e baseada em descobertas, e não consiste no tipo de atividade sexual adulta" (Sanderson, 2005, p. 40).

A seguir a tabela 1 apresenta um resumo da característica da idade e dos comportamentos sexuais típicos ou atípicos, os quais podem indicar abuso sexual.

Tabela 1: Resumo do Desenvolvimento e do comportamento sexual em crianças em idade pré-escolar (0-4 anos)

Característica	**Comportamento sexual típico**	**Comportamento sexual atípico**
Contato limitado com colegas; Curiosidade sobre seus corpos; Todos os bebês e crianças pequenas tocam os genitais; Todos sentem prazer genital; O toque dos genitais aumenta, em especial quando a criança está cansada ou vai dormir; Aumento da percepção dos sexos; Aumento do interesse pelas diferenças anatômicas Aumento do interesse pelas diferenças entre o corpo de crianças e o de adultos; Curiosidade sobre como os bebês são feitos ou de onde eles vêm; Associação dos genitais com a eliminação (urina, fezes); Próximo ao fim do estágio o senso de recato se desenvolve-privado/público.	Auto exploração; Auto estimulação; Toca os genitais, esfrega-os (aleatório); Observa os corpos de outras pessoas; Apalpa o seio de mulheres; Olha para os genitais; Tem interesse em atividades no banheiro; Usa linguagem infantil para falar de partes do corpo; Usa linguagem relacionada ao banheiro; Brincadeiras de faz de conta: mamãe e papai, médico; Insere objetos em aberturas, mas para se é doloroso.	Discute atos sexuais; Usa linguagem sexualmente explícita; Tem contato sexual físico com outras crianças; Mostra comportamento sexual ou conhecimento semelhante ao de um adultos; Relaciona-se com outros adultos e crianças de maneira sexual; Esfrega-se sexualmente em outras pessoas; Toca os genitais de maneira compulsiva; Força o contato sexual com outras crianças; Não para de se masturbar ou não para com brincadeiras sexuais mesmo quando lhe é solicitado; Insere objetos em aberturas mesmo quando doloroso; Preocupa-se com comportamentos e atividades sexuais; Representa comportamento sexual do tipo do adulto com brinquedos ou objetos; Conhece o sabor, a textura e o cheiro do semêm.

Fonte: Sanderson (2005)

A participante da pesquisa Taís (relatório 2, 2024, p.3) traz um relato cuidadoso quanto à necessidade de conhecermos esses comportamentos para desenvolvermos um trabalho de qualidade, que não rotule crianças ou famílias, mas que as ações sejam de acordo com a necessidade e problemas reais das crianças:

> *Quando a gente pensa em intencionalidade a gente vê muito a falta desse conhecimento nos professores. No ano passado eu era coordenadora técnica em uma escola e por várias vezes no maternal os professores me chamavam para que eu chamasse a família para atendimento porque a criança estava com saliência, estava sempre com a mão no "pinto", "pinto" que eles chamavam, falavam: "está esfregando a mão no 'pinto' e fica duro, ele é muito saliente". Eu sempre falava: "professor, isso é natural. Ele está descobrindo essa parte do corpo que vivia coberta, agora a partir do desfralde é o momento que ele passa a ter mais contato com essa parte do corpo, começa a vê-la mais, isso não é saliência. "Há, é porque ele tá vendo alguma coisa em casa dos pais", eles diziam e eu insistia que provavelmente não, que era algo esperado para a idade. Mas a falta de conhecimento rotula a criança, rotula a família, poderia gerar um problema pra mim, pra família, pra criança e pra escola. Pena que conhecer essas fases do desenvolvimento é muito raro, é um número reduzido de pessoas que têm esse conhecimento.*

Dando sequência ao desenvolvimento infantil, a partir dos cinco anos até a puberdade, as brincadeiras sexuais seguem ocorrendo de forma espontânea e conduzida pela curiosidade de conhecer a si e ao outro por meio da comparação visual e tátil. Aumenta também o contato com os colegas, com maior troca de informações e de afeto. Além disso, cresce a noção de privacidade e do constrangimento de situações em público. Não iremos nos ater muito a essa faixa etária, pois ela extrapola o público-alvo dessa investigação, mas deixamos exposto para uma comparação entre crianças pequenas e maiores, conforme a tabela 2.

Tabela 2: Resumo do Desenvolvimento e do comportamento sexual em crianças em idade escolar (5-12 anos)

Característica	**Comportamento sexual típico**	**Comportamento sexual atípico**
Aumento de contato com colegas; Outras crianças podem trazer à tona novas ideias sobre sexo; Aumento da necessidade de privacidade enquanto toma banho ou se despe; Mais inibida; Mais recatada quanto ao corpo; Mais constrangida quanto ao corpo.	Aumento de interações experimentais consensuais; Toca a si mesma; Masturba-se em particular- esporádico; Aumento das brincadeiras de faz de conta: mamãe e papai; Beijo, toque, exibição, andar de mãos dadas; Enjoada/atraída pelo sexo oposto; Faz perguntas sobre menstruação, gravidez. Comportamento sexual; Fala mais sobre sexo; Aumento da linguagem sexual ou obscena; Conta piadas sujas; Exibe as nádegas; Exibicionista; Namora; Carícias; Simula relações sexuais;	Masturba-se em público; Masturba-se de maneira compulsiva; Força atividade sexual com outras crianças; Experimentação não consensual; Mostra comportamento sexual semelhante ao de um adulto; Conhece a textura, o sabor e o cheiro do semêm; Relaciona-se com adultos e crianças de forma sexual; Não interrompe o comportamento sexual quando lhe é solicitado que o faça

Fonte: Sanderson (2005)

Todos esses comportamentos causam agitação em uma rotina escolar que às vezes não sabe lidar com eles ou não sabe o que faz parte ou não do desenvolvimento infantil. Destacamos que as reações dos adultos ensinam mais do que a própria brincadeira: podem ensinar a criança a se proteger e a ter com quem contar ou podem ensinar que a sexualidade não pode ser mencionada. Os adultos são os que devem ensinar sobre:

> limites e orientações sobre o que é apropriado em termos de espaço pessoal, de proximidade, de nudez e no que se refere à criança tocar a si mesma [...] cuidado para não fazer com que a criança se sinta culpada por uma curiosidade sexual normal, exploração sexual e interação sociossexual (Sanderson, 2005, p. 45).

Porém, quem já vivenciou o chão escolar sabe que a criança que expressa sua sexualidade é vista como se estivesse cometendo algum erro, o que esvazia a pauta tão relevante que é o enfrentamento à violência sexual e responsabiliza a criança por estar agindo de forma natural ou dando algum indício de que passou por situação de abuso.

Sem a pretensão de receitas prontas, apresentamos sugestões de algumas reações importantes aos responsáveis e educadores de crianças diante de comportamentos sexuais, com o intuito de uma introdução à temática, porém a prevenção será detalhada na seção 6, a partir das experiências dos profissionais colaboradores da pesquisa.

Dentre as sugestões, é de suma importância dar colo e acariciar a criança, a fim de que ela tenha experiências afetuosas; é importante fazer com que a criança ame a sua inteireza, sem demonizar nenhuma parte do seu corpo; além de usar palavras corretas para todas as parte do corpo; não assustar a criança; é necessário demonstrar respeito pelo corpo e pelos sentimentos das crianças; não envergonhar a criança por tocar suas parte íntimas; ter ciência de que auto exploração dos genitais é normal; não punir a criança por sua expressão sexual; ensinar a criança a reconhecer toques bons e ruins; explicar a diferença entre público privado; dialogar com a criança; perguntar o que a criança já sabe e pensa a respeito; aceitar e estimular que diga "não"; responder às perguntas da criança de forma adequada à idade, inclusive sobre sexo e de onde vêm os bebês (Sanderson, 2005). Daí a importância de existirem educadoras e educadores qualificados para lidar com as crianças, formar outros profissionais e ensinar também às mães, pais e responsáveis das crianças sobre educação sexual.

A educação sexual pode ser realizada em diversos contextos, principalmente no ambiente familiar, no qual estão os maiores responsáveis pelas crianças e onde surgem as primeiras dúvidas sobre o corpo, sobre a existência, sobre o outro; onde situações cotidianas educam mais do que discursos.

As crianças, para satisfazer sua curiosidade em relação ao conhecimento do mundo, perguntam. Os/as educadores/as e responsáveis devem considerar importante para as crianças as perguntas que elas fazem. Assim, desde tenra idade e em situações corriqueiras da vida, os responsáveis podem educar sexualmente as crianças ao tratarem sobre limite corporal, ao sempre dialogar sobre respeito nas trocas de roupas, ao informar que em partes íntimas não

devem ser tocadas a não ser para limpar e cuidar da criança, dentre tantos outros ensinamentos necessários e possíveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quem atua ou já atuou com as infâncias sabe o quanto passamos a conhecer as crianças, sabemos o que dizem, mesmo que ainda balbuciando; sabemos o lado que gostam de dormir; sabemos dos desafetos em casa e temos condições de saber a respeito da proteção dessas crianças. Esse texto valoriza esses saberes de profissionais da educação infantil para tecer uma perspectiva do que é ser criança e de como essa identidade é marcada pela sexualidade a partir da história, da sociologia e do convite que Freire nos faz à aprender com a infância e compreendê-la como múltipla interseccional.

Além disso, os resultado expressos mostram que a educação sexual é inevitável, pois não há neutralidade na educação e porque a sexualidade faz parte do desenvolvimento humano. Professoras das infâncias nos convocam a sermos intencionais em desenvolver uma educação sexual protetora, que conhece os comportamentos típicos ou não da sexualidade manifesta em bebês e crianças pequenas.

Assim, alcançamos o objetivo de analisar a relação entre infância, violência e educação sexual na perspectiva de profissionais da educação infantil da rede municipal de educação de Belém-PA, não com o intuito de encerrar o debate e curiosidade a respeito, muito pelo contrário, a partir desses apontamentos educadoras e educadores podem ser mais intencionais ainda em desenvolver, registrar e partilhar uma pedagogia de prevenção à violência sexual contra crianças, superando a pedagogia do silêncio e do medo, por ser uma necessidade ética e social.

REFERÊNCIAS

CAERAN, Aline Ferrari; PORTO, Luana Teixeira. Violência e violência doméstica contra as mulheres: concepções e reflexões teóricas. **Revista Literatura em Debate**, *[S. l.]*, v. 17, n. 29, p. 18–38, 2023. Disponível em: https://revistas.fw.uri.br/literaturaemdebate/article/view/4556. Acesso em: 21 jan. 2025.

FIGUEIRÓ, Mary Neide. Sexualidade e afetividade. In. FIGUEIRÓ, Mary Neide. **Educação sexual**: saberes essenciais para quem educa. Curitiba: CRV, 2018.

FREIRE, Paulo. **Cartas à Cristina**: reflexões sobre minha vida e minha práxis. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 59 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015a.

IBIAPINA, Ivana Maria Lopes de Melo. **Pesquisa Colaborativa:** investigação, formação e produção de conhecimentos. Brasília: Liber Livro Editora, 2008.

KANNER, Leo. Infantile sexuality. **Journal of Paediatrics.** v.4, 1996.

KOHAN, Walter. Paulo Freire: Outras Infâncias Para A Infância. **Educação em Revista**, v. 34, p. e199059, 2018.

LACERDA, Nathércia. **A casa e o mundo lá fora**: cartas de Paulo Freire para Nathercinha. Rio de Janeiro: Zit, 2016.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em Educação**: abordagem qualitativa. São Paulo – SP: EPU, 1986.

OLIVEIRA, Ivanilde A. **Filosofia da Educação**: reflexões e debates. Petrópolis: Editora Vozes, 2006.

OLIVEIRA, Ivanilde. A. de; OLIVEIRA, Waldma. M. M. de; LOBATO, Huber. K. G. (Orgs). **Pesquisa Educacional sobre Representações Sociais**: o uso da técnica do desenho e dos mapas conceituais. São Carlos. Pedro&João Editores. 2018. 89p. ISBN 978-85-7993-480-3.

OLIVEIRA, Ivanilde; SANTOS, Tânia. Educação Infantil: especificidades e concepções. In. OLIVEIRA, Ivanilde (org**.). Formação Pedagógica de Educadores Populares**: fundamentos teórico metodológicos freireanos. Belém: UEPA/CCSE/NEP, 2011.

RAMOS, Fábio Pestana. A história trágico-marítima das crianças nas embarcações portuguesas do século XVI. In: PRIORE, Mary Del (Org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000.

SANDERSON, Christiane. **Abuso Sexual em crianças**: fortalecendo pais e professores para proteger crianças contra abusos e pedofilia: São Paulo: M. Books do Brasil, 2005.

SARMENTO, Manuel Jacinto. As Culturas da Infância nas Encruzilhadas da Segunda Modernidade. In: SARMENTO, Manuel. J.; CERISARA, A. B. **Crianças e Miúdos**: perspectivas sociopedagógicas da infância e educação. Porto, Portugal: Asa Editores, 2004.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Estudos da infância e sociedade contemporânea: desafios conceptuais. **Revista O Social em Questão**. Revista da PUC-Rio de Janeiro, XX, nº21, p. 1-31, 2009.

SILVA, Marta Regina da. PAULO FREIRE E AS CRIANÇAS: um convite à infância. **Revista Inter-Ação**, Goiânia, v. 46, n. ed.especial, p. 1009–1019, 2021. DOI: 10.5216/ia.v46ied.especial.68463. Disponível em: https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/68463. Acesso em: 2 jul. 2024

TELES, Maria Luiza. **Filosofia para Crianças e Adolescentes**. 11ª ed., Petrópolis: Vozes, 1999.

TULIO, Rafael. D. et al.. Corpo feminino e violência de gênero: uma análise do documentário "chega de fiu fiu". **Psicologia & Sociedade**, v. 33, p. e228620, 2021.

SOBRE AS AUTORAS

Hanna Tamires Gomes Corrêa Leão Teixeira
Doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Pará. Mestrado em Educação pelo mesmo programa, na linha de Saberes Culturais e Educação na Amazônia, como bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.). Graduada pela Universidade do Estado do Pará (UEPA) em Licenciatura Plena em Pedagogia. Atualmente é professora efetiva do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). É pesquisadora do Núcleo de Educação Popular Paulo Freire (NEP- UEPA). Atuou como coordenadora pedagógica na Secretaria Municipal de Educação e Cultura Belém (SEMEC). Os temas de interesse são: pensamento educacional de Paulo Freire; formação de professores; educação popular; sexualidade; prevenção à violência contra crianças e Filosofia com Crianças.
E-mail: hannatamiresleao@gmail.com

Ivanilde Apoluceno de Oliveira
Realizou pós-doutoramento em educação na Pontificia Universidade Católica do Rio de Janeiro em junho de 2010. Concluiu o doutorado em Educação (Currículo) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo em 2002. Realizou, em 2001, doutorado sanduiche na UNAM e UAM-Iztapalapa no México, com estudos sobre ética com o filósofo Enrique Dussel. Realizou mestrado em Educação Popular na UFPB. É graduada em Filosofia pela UFPA. Atualmente é Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação e professora titular aposentada da Universidade do Estado do Pará. Coordena o Núcleo de Educação Popular Paulo Freire da UEPA. Bolsista produtividade do CNPq - PQ2 desde 2017. Atua na área de Educação, com ênfase em Filosofia da Educação, Educação Popular e Educação Inclusiva, envolvendo ações educacionais com infância, crianças e com jovens e adultos.
E-mail: nildeapoluceno@uol.com.br

Artigo recebido em 25/01/2025.
Artigo aceito em 20/05/2025.